



**Relatório de Auditoria Operacional processo TCE  
06265/2018-7 - fls. 80 a 94)**

**MUNICÍPIO DE MARCO**

8. O sistema de arrecadação utilizado é próprio do município ou terceirizado- [Próprio]	Não
8. O sistema de arrecadação utilizado é próprio do município ou terceirizado- [Terceirizado]	Sim
8.1 Existe em contrato previsão para acesso e disponibilização do banco de dados para o município-	Sim
9. O sistema de arrecadação é integrado-	Sim
10. Há backups periódicos do banco de dados do sistema de arrecadação-	Sim
11. O município possui normatização da estrutura organizacional da Administração Tributária-	Sim
11. O município possui normatização da estrutura organizacional da Administração Tributária- - comment	Possui cargo efetivo de Agente Tributarista e alguns cargos em comissão
12. Com relação à estrutura de pessoal na atividade de arrecadação, responda: [Quantidade de cargos existentes:]	5
12. Com relação à estrutura de pessoal na atividade de arrecadação, responda: [Quantidade de cargos preenchidos:]	2
13. Existe plano de cargos e salários no âmbito da administração tributária-	Não
13. Existe plano de cargos e salários no âmbito da administração tributária- - comment	A remuneração salarial do cargo efetivo é corrigida anualmente
14. Existe previsão de remuneração variável no âmbito da administração tributária-	Sim
14. Existe previsão de remuneração variável no âmbito da administração tributária- - comment	Agente Tributarista (efetivo): 1195,00 Auxiliar Fiscal: 1400,00 Técnico Tributarista: 1600,00 Fiscal de Arrecadação e Tributação: 1700,00 Coordenador de Tributação: 2000,00
15. Existe plano de capacitação para os integrantes da administração tributária-	Não
16. A legislação tributária consolidada está atualizada nos termos do art. 212 do Código Tributário Nacional-	Sim
17. A legislação tributária vigente está disponível para consulta on line-	Sim

	Código Tributário (Lei Complementar 004/2009)
17. A legislação tributária vigente está disponível para consulta on line- - comment	<a href="http://camaramunicipaldemarco.ce.gov.br/arquivos/233/Leis%20Complementares_004_2009_0000001.pdf">http://camaramunicipaldemarco.ce.gov.br/arquivos/233/Leis%20Complementares_004_2009_0000001.pdf</a>
18. O município tem algum convênio com a União para o substituto tributário - ISS-	Sim
18. O município tem algum convênio com a União para o substituto tributário - ISS- - comment	
19. A normatização municipal do Imposto sobre Serviço (ISS) está compatível com a Lei Complementar Federal 116/2003-	Sim
20. Existe alíquota de ISS inferior a 2% sendo cobrada no município-	Não
20. Existe alíquota de ISS inferior a 2% sendo cobrada no município- - comment	
21. A Lei municipal do ISS está disponível para consulta on line-	Sim
21. A Lei municipal do ISS está disponível para consulta on line- - comment	Lei Complementar nº 14/2017 <a href="http://camaramunicipaldemarco.ce.gov.br/arquivos/275/_0000001.pdf">http://camaramunicipaldemarco.ce.gov.br/arquivos/275/_0000001.pdf</a>
22. Existe rotina de trabalho aplicada à fiscalização de contribuintes com atividades diversas que compartilham o mesmo endereço cadastral-	Não
23. Existe rotina de trabalho para efetuar lançamento do ISS por arbitramento ou estimativa-	Não
23. Existe rotina de trabalho para efetuar lançamento do ISS por arbitramento ou estimativa- - comment	Está em fase de iniciação
24. Existe rotina de trabalho no sistema de arrecadação para ISS de serviços tomados pela prefeitura-	Sim
24. Existe rotina de trabalho no sistema de arrecadação para ISS de serviços tomados pela prefeitura- - comment	
25. O município institui, arrecada ISS relacionado ao setor bancário ou financeiro-	Sim
25. O município institui, arrecada ISS relacionado ao setor bancário ou financeiro- - comment	
26. Quais as atividades econômicas são responsáveis pelas maiores arrecadações com ISS-	Setores financeiro e energético.
27. Com relação à Contribuição de Iluminação Pública (CIP), o município identifica e controla todos os contribuintes e os respectivos valores devidos-	Não
27. Com relação à Contribuição de Iluminação Pública (CIP), o município identifica e controla todos os contribuintes e os respectivos valores devidos- - comment	
28. No município há a cobrança do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR)- Qual o motivo da não cobrança do ITR-	Não O TRIBUTO É FEDERAL
29. A legislação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) está disponível para consulta on line-	Sim

	Código Tributário (Lei Complementar 004/2009)
29. A legislação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) está disponível para consulta on line- - comment	<a href="http://camaramunicipaldemarco.ce.gov.br/arquivos/233/Leis%20Complementares_004_2009_0000001.pdf">http://camaramunicipaldemarco.ce.gov.br/arquivos/233/Leis%20Complementares_004_2009_0000001.pdf</a>
30. Há legislação que institui o Plano Diretor- 30.1. As revisões estão ocorrendo no prazo legal-	Não
31. Há Planta Genérica de Valores em vigor e instituída por lei- 31.1. A Planta Genérica de Valores foi revisada no prazo recomendado-	Sim
32. O município adota alíquotas progressivas de IPTU-	Não
33. Há lei instituindo obrigação acessória aos titulares de Cartórios de Registro de Imóveis e Distribuidores para informar periodicamente à Prefeitura sobre as transações imobiliárias ocorridas no município-	Sim
33. Há lei instituindo obrigação acessória aos titulares de Cartórios de Registro de Imóveis e Distribuidores para informar periodicamente à Prefeitura sobre as transações imobiliárias ocorridas no município- - comment	Não
34. Qual a periodicidade da atualização geral do cadastro imobiliário-	Trienal
34. Qual a periodicidade da atualização geral do cadastro imobiliário- [Outros]	
35. A legislação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI) está disponível para consulta on line-	Sim
35. A legislação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI) está disponível para consulta on line- - comment	Código Tributário (Lei Complementar 004/2009) <a href="http://camaramunicipaldemarco.ce.gov.br/arquivos/233/Leis%20Complementares_004_2009_0000001.pdf">http://camaramunicipaldemarco.ce.gov.br/arquivos/233/Leis%20Complementares_004_2009_0000001.pdf</a>
36. O município possui profissionais dedicados ao contencioso tributário, administrativo ou judicial-	Sim
36. O município possui profissionais dedicados ao contencioso tributário, administrativo ou judicial- - comment	
37. A procuradoria municipal auxilia na cobrança da receita-	Sim
37. A procuradoria municipal auxilia na cobrança da receita- - comment	1
38. A administração atualiza os dados cadastrais dos contribuintes devedores com as informações colhidas nos processos de execução fiscal-	Não
39. A procuradoria adota procedimentos de qualificação e agrupamento das execuções fiscais a serem propostas-	Não
40. A procuradoria utiliza de ferramentas ou sistemas de controle informatizado de prazos processuais-	Sim
41. A procuradoria utiliza de ferramentas ou sistemas de controle informatizado dos parcelamentos concedidos no curso de execuções fiscais-	Não

- |   |     |
|---|-----|
| 42. Existe implementada, no município, cobrança administrativa dos créditos tributários inadimplidos, definida como aquela em que ocorre, no mínimo, o envio periódico de notificações aos devedores- | Não |
| 43. O município produz relatórios gerenciais periódicos, comprovando os resultados da cobrança administrativa realizada-  | Não |
| 44. A administração inscreve em dívida ativa os créditos inadimplidos de todas as espécies tributárias-   | Sim |
| 45. A inscrição em dívida ativa é realizada automaticamente pelo sistema informatizado-   | Não |